

MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO ESTADO DO TOCANTINS COMO UM MECANISMO DE INCENTIVO À DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DA ÁGUAS

Adriana Damasceno de Melo¹; Iracema Aparecida Siqueira Freitas² & Maria Gorete dos Santos Cordeiro³

RESUMO --- Mesmo com uma recente Política Estadual de Recursos Hídricos, o Estado do Tocantins já possui um quadro positivo em relação à gestão das águas no Estado quando comparado à região Norte do País. Além do Conselho Estadual de Recursos Hídricos atuante, possui uma estrutura funcional institucional que norteia e apóia a elaboração dos Planos de Bacia Hidrográfica, bem como as mobilizações sociais para estimular a formação dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Nestes cinco anos de Política Estadual das Águas, mesmo com uma cultura de abundância e quase ausência de conflitos pelo uso da água, o Tocantins tem apresentado avanços dentro da perspectiva de gestão descentralizada e participativa. As atividades de mobilização social têm conseguido estimular a descentralização da gestão das águas no Estado obtendo avanços com a criação das “Comissões Pró-Comitês de Bacia Hidrográfica”, onde se verifica uma relevante participação popular e interesse dos mesmos em estar envolvidos nas tomadas de decisões de sua bacia hidrográfica.

ABSTRACT --- With a recent Water Resources' State Politics, the State of the Tocantins already possess a positive picture in relation to the management of water in the State when compared with the region North of the Country. Beyond the a Water Resources' State Advice being operative, the State of the Tocantins possess an institutional functional structure that guides and supports the elaboration of the Hydrographic Basin's Plans, and the social mobilizations to stimulate the formation of the Committees of Hydrographic Basin. In these five years of Waters' State Politics, still with a culture of abundance and absence of conflicts for the use of the water, the Tocantins has presented advances in a perspective of decentralized and participative management. The activities of social mobilization have obtained to stimulate the decentralization of the management of waters in the State and they have obtained advances with the creation of the “Commissions Pro-Committees of Hydrographic Basin”, where if to verify an excellent popular participation and if to verify the interest of the population in participating of decisions of its hydrographic basin.

Palavras-Chave: mobilização social, gestão descentralizada, comitê de bacia.

1) Engenheira Ambiental da SEPLAN, 105 Norte, Alameda das Mangueiras, QI-02, Lote 16, Casa 05, Palmas/TO, 77.000-000. e-mail: dridamelo@gmail.com

2) Engenheira Ambiental da SEPLAN, 105 Norte, Alameda das Mangueiras, QI-02, Lote 16, Casa 05, Palmas/TO, 77.000-000. e-mail: iracema@seplan.to.gov.br

3) Geógrafa da SEPLAN, 105 Norte, Alameda das Mangueiras, QI-02, Lote 16, Casa 05, Palmas/TO, 77.000-000. e-mail goreht@seplan.to.gov.br

1 – INTRODUÇÃO

O Estado do Tocantins foi criado no dia 5 de outubro de 1988 com a promulgação da Constituição, passando a ser a mais nova unidade federativa do Brasil. Dentre as intenções e expectativas de desenvolvimento, desenhou a intenção de adotar como premissas, a sustentabilidade sócio-econômica e ambiental, num governo transparente e participativo, onde a sociedade pudesse ser co-responsável pelo crescimento do Estado.

A questão ambiental passou a assumir um importante papel no direcionamento das políticas do jovem Estado como fator de desenvolvimento sócio-econômico e de melhoria da qualidade de vida, principalmente no que tange aos recursos hídricos. O sistema hidrográfico que compõe o Estado é formado pelas bacias dos rios Tocantins e Araguaia, que correspondem a 9% da água doce disponível no País. Deste total, 3,5% pertence ao Tocantins, que conta com 16 sub-bacias afluentes do rio Araguaia e 14 sub-bacias afluentes do rio Tocantins.

O início da gestão dos recursos hídricos deu-se com a criação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos em julho de 1998, até então, o único da região Norte do Brasil em atuação. O Conselho vem trabalhando de forma efetiva e sistêmica para o equacionamento de conflitos pelo uso da água no Estado e para proporcionar a todos os cidadãos o acesso a uma água com qualidade adequada e quantidade suficiente para atender aos mais diversos usos.

De 2001 a 2004, diversas atividades foram realizadas para o ordenamento, equacionamento, estruturação e orientação do uso da água no Estado. O marco fundamental para esta estruturação foi a sanção da Política Estadual de Recursos Hídricos através da Lei nº 1.307, de 22 de março de 2002, que, em consonância com a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece um modelo de gestão descentralizado e participativo das águas do Estado, adotando a bacia hidrográfica como a unidade fisco-territorial para o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos.

Neste sentido, o Estado do Tocantins se estruturou institucionalmente e deu início aos trabalhos de mobilização social junto à sociedade civil organizada buscando a construção de uma postura participativa para a gestão das águas de seu domínio, incentivando, portanto, a formação dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Este artigo tem o objetivo de apresentar a estrutura institucional de que o Governo do Estado do Tocantins dispõe para efetivar a gestão descentralizada e participativa das águas, bem como as iniciativas de mobilização social para estimular a formação dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

2 – ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO ESTADO TOCANTINS PARA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Os órgãos do Estado do Tocantins cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos têm a função de administrar, controlar e proteger estes recursos. Por meio do Poder Legislativo consolidam-se as normas legais que direcionam o uso e estabelecem os meios de proteção desse bem ambiental. Por meio do Poder Executivo, outorga o direito do uso da água, licencia as atividades ligadas ao uso da água e, por fim, fiscaliza o uso dos recursos hídricos. O Estado do Tocantins tem sua organização administrativa segundo a Política Estadual de Recursos Hídricos, a saber.

2.1 – Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Tocantins – SEGRH

O Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, criado pela Lei nº 1.307/02 apresenta sua estrutura operacional composta pelo: Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Comitês de Bacia Hidrográfica, Agências de Bacia Hidrográfica e Órgãos dos Poderes Públicos.

O SEGRH foi instituído com o objetivo de executar a Política Estadual de Recursos Hídricos; coordenar a gestão integrada dos recursos hídricos; arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos; promover a cobrança de taxa pelo uso dos recursos hídricos; etc., objetivos estes atribuídos aos componentes da estrutura operacional do Sistema.

Da estrutura do SEGRH, o Estado do Tocantins ainda não possui Comitês de Bacia Hidrográfica e Agências de Bacia Hidrográfica.

2.2 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Tocantins – CERH

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) foi criado em 22 de julho 1998, por meio do Decreto nº 637 e instalado em 31 de julho do mesmo ano, com a posse dos seus conselheiros titulares e suplentes. É um órgão de caráter consultivo e deliberativo, com o papel fundamental de buscar a sustentabilidade hídrica para assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequada aos respectivos usos, com vistas ao desenvolvimento do Estado do Tocantins.

Este órgão é vinculado à Secretaria Estadual do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN) e tem como principais atribuições:

- promover a articulação do planejamento de recursos hídricos dos órgãos governamentais com os setores usuários das águas;
- deliberar sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos estabelecendo a regulamentação necessária dos instrumentos de gestão, como a outorga de uso da água e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas;

- autorizar a instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica e de Agências de Bacias Hidrográficas e arbitrar em última instância administrativa, os conflitos existentes entre Comitês de Bacia Hidrográfica;

- deve analisar a programação orçamentária do Fundo Estadual de Recursos Hídricos;

- apreciar matérias que lhe tenham sido submetida pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e pelos Comitês de Bacia Hidrográfica.

O CERH possui, em sua composição, representantes dos três segmentos sociais (poder público, usuários de água e sociedade civil organizada) e teve seu Regimento Interno homologado pelo Decreto de nº 2.141, de 16 de julho de 2004, onde, dentre outras definições, adotou reuniões trimestrais. Em sua estrutura, possui duas Câmaras Técnicas: a Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos e a Câmara Técnica de Procedimentos de Outorga e Ações Reguladoras.

Uma das primeiras atividades do CERH foi a discussão do Ante-Projeto de Lei da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que mais tarde, em 2002, resultou no sancionamento, pelo Governador do Estado, da Lei nº 1.307. Dentre as Resoluções estabelecidas por este Conselho, importante mencionar a Resolução de nº 005/2005, que estabelece diretrizes para formação, organização e funcionamento de Comitês de Bacia Hidrográfica no Tocantins.

2.3 – Órgãos do Poder Público Estadual

2.3.1 Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins – SEPLAN

A Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins foi instituída no ano de 1995. Dentre suas atribuições, possui as de planejar, coordenar e acompanhar a implementação da Política Estadual do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e de Desenvolvimento Sustentável.

A SEPLAN possui uma estrutura de Diretorias e Coordenações para atender às suas atribuições e demandas. Neste sentido, a Diretoria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – DMA é responsável pelo planejamento e gestão dos sistemas de recursos hídricos e de meio ambiente e constitui-se na Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

A DMA tem, no processo de formação dos comitês de bacia hidrográfica, a função de atuar como articuladora, facilitadora e coordenadora executiva das atividades de mobilização social. Para o cumprimento dessas funções, possui uma Coordenação de Recursos Hídricos e um Núcleo de Educação Ambiental. A equipe responsável pela mobilização social é multidisciplinar formada por engenheiros ambientais, geógrafos, assistentes sociais e especialistas em gestão de recursos hídricos.

2.3.2 Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS

O Instituto Natureza do Estado do Tocantins foi criado através da Lei nº 858, de 26 de junho de 1996, e vinculado à SEPLAN. É o órgão responsável pela execução das políticas de meio ambiente, recursos hídricos, de biodiversidade, de florestas e de educação ambiental, além do monitoramento, fiscalização e controle ambiental no Tocantins.

O NATURATINS possui, em sua estrutura organizacional, a Diretoria de Controle Ambiental, com a Coordenação de Cadastro e Outorga de Uso de Água e uma Gerência de Comitês de Bacias Hidrográficas; e possui a Diretoria de Desenvolvimento Sustentável, à qual está vinculada a Coordenação de Fomento e Educação Ambiental.

A Gerência de Comitês de Bacia acompanha a SEPLAN no processo de planejamento das atividades de mobilização social para estimular a formação dos Comitês de Bacia Hidrográfica; e a Coordenação de Fomento e Educação Ambiental é quem executa as capacitações e oficinas pelo Estado.

O NATURATINS auxilia e acompanha a SEPLAN nas atividades de mobilização social para fomentar a formação dos comitês de bacia hidrográfica no Estado. Uma vez formada uma “comissão pró-comitê” de uma determinada bacia hidrográfica, a SEPLAN se afasta do processo de mobilização dessa bacia e a Comissão segue suas atividades com o apoio do NATURATINS até a criação do Comitê de Bacia Hidrográfica propriamente dito. A criação de um Comitê de Bacia acontece por ato do poder executivo, depois da sua aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

2.3.3 Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Tocantins – SRH

A Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Tocantins foi instituída no ano de 2002. Dentro de suas atribuições, possui as de elaborar programas, projetos e apoiar a execução de obras de infra-estrutura hídrica para o aproveitamento hidroagrícola e uso humano no Estado do Tocantins.

A SRH é responsável por grandes projetos estaduais de aproveitamento dos recursos hídricos, como: Projeto Formoso, Projeto São João, Projeto Manuel Alves, Projeto Sampaio, Propertins, etc.

3 – MOBILIZAÇÃO SOCIAL E A FORMAÇÃO DAS COMISSÕES PRÓ-COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS NO ESTADO DO TOCANTINS

Mobilização Social é quando um grupo de pessoas, uma comunidade, ou uma sociedade decide e age com objetivos comuns e buscando obter os resultados desejados por todos. Para se fazer uma boa mobilização é importante ter clareza do público alvo e das formas de chegar até ele.

É importante alcançar o público alvo com informações claras sobre o tema a ser discutido e sobre a importância da participação deles.

O grupo de trabalho responsável pela mobilização social (grupo mobilizador) deve ser consciente da importância do seu papel no desenvolvimento das atividades. O bom andamento e o alcance dos objetivos de um trabalho de mobilização social dependem de um bom planejamento, da dedicação dos responsáveis, da criatividade e capacidade de organização da equipe. Além disso, o grupo mobilizador deve ter conhecimento sobre os temas que envolvem a gestão das águas (aspectos legais, institucionais, conhecer experiências de outras regiões, etc.), conhecer a realidade da região, a cultura da população e ser adepto à causa.

O grupo mobilizador tem como função principal conduzir o processo de mobilização social junto à comunidade da bacia hidrográfica, repassando informações, capacitando, preparando-os para assumirem postos, lhes munindo de material e informações que possam ser úteis para que, representantes dos segmentos sociais possam ter condições de conduzir, articular, se organizar para, num futuro, gerirem processos de discussão e tomadas de decisões pelo uso da água no âmbito de sua bacia hidrográfica.

É importante considerar que a participação na gestão dos recursos hídricos não deve ficar restrita aos usuários diretos da água e nem somente aos poderes públicos, mas ampliada a toda sociedade civil organizada. A preocupação com a gestão da água não é apenas uma questão que mobilizaria alguns setores da sociedade a partir dos grupos de interesse pelo uso da água, mas sim uma questão que deve envolver toda a sociedade, numa lógica de direito, pois a sociedade em geral tem o direito à água em qualidade e quantidade suficiente e a participar do planejamento e execução das políticas públicas relativas aos recursos hídricos.

Para dar início aos trabalhos nas bacias hidrográficas do Tocantins, por parte da equipe técnica da SEPLAN, buscou-se adotar uma metodologia que contemplasse a dinâmica social da bacia hidrográfica e que fosse facilmente incluído na rotina de atividades da Secretaria de Governo. Assim, foram definidas bacias prioritárias para o trabalho de mobilização social paralelo às atividades de elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica da bacia em questão.

Portanto, durante o processo de elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica foi-se incluindo ações com a comunidade: a) conhecimento da realidade sócio-ambiental da região hidrográfica; b) levantar e identificar representantes dos segmentos sociais (poder público municipal e estadual, sociedade civil organizada e usuários de água) que lidam com água; c) montar um Plano de Ação para atuar com atividades de capacitação, oficinas e palestras dentro da temática de comitês de Bacia com os segmentos sociais; d) montar grupos de trabalhos por município para que sejam os mobilizadores e multiplicadores locais; e) dotar os segmentos sociais identificados, bem como o Grupo de Trabalho do Município, de informações e trabalhar questões que dizem respeito à bacia

hidrográfica como um todo; f) empoderá-los do processo formando uma Comissão Pró-Comitê de Bacia Hidrográfica.

Para a gestão de recursos hídricos a unidade de planejamento é a bacia hidrográfica, entretanto, devido às especificidades físicas, econômicas e ambientais encontradas nos diferentes municípios de uma mesma bacia hidrográfica foi fundamental definir grupos de trabalho municipais. Elaborou-se uma seqüência de etapas a serem trabalhadas com os grupos municipais de forma que aos poucos se foi integrando-os para que se articulassem e interagissem, garantindo uma certa flexibilidade para atender as realidades específicas e depois trabalhar, de forma conjunta, a percepção da bacia hidrográfica como um todo.

4 - HISTÓRICO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DO TOCANTINS

O Estado do Tocantins vem buscando implementar a Política Estadual de Recursos desde 2002 e por se tratar de um Estado novo ainda não possui nenhum comitê de bacia hidrográfica criado, mas existem quatro processos de mobilização social para formação de Comitês, sendo que já resultaram em três Comissões-Pró Comitê de Bacia Hidrográfica. Atualmente, está-se no quarto processo de mobilização social no Estado, na bacia do Rio Formoso do Araguaia.

O primeiro processo de mobilização social teve início em dezembro de 2002, na região norte do Estado, nas bacias hidrográficas dos rios Lontra e Corda; o segundo teve início em 2004 na região central do Estado, nas bacias hidrográficas que compreendem o entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães; o terceiro teve início em 2005, na região sudeste do Estado, na bacia hidrográfica do rio Manuel Alves da Natividade e o quarto processo de mobilização social iniciou-se no final do ano de 2006, na bacia hidrográfica do Rio Formoso. Todos esses processos foram de iniciativa do poder público estadual e são coordenados pela Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRH) da SEPLAN.

Uma Comissão Pró-Comitê de Bacia Hidrográfica no Tocantins é um comitê provisório que tem a atribuição principal de organizar os segmentos sociais da sua bacia hidrográfica, bem como a documentação necessária, segundo a Resolução do CERH nº 005/2005, para finalmente poder solicitar ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos a criação do, então, Comitê de Bacia Hidrográfica.

4.1 – Comissão Pró-Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Lontra e Corda

As bacias hidrográficas dos rios Lontra e Corda estão localizadas na região norte do Estado entre as coordenadas geográficas 6°18' e 7°31'12" de latitude sul e 048°38'24" e 047°49'01" de longitude oeste, com uma área de drenagem de 7.437,8 km². De acordo com o Zoneamento

Ecológico e Econômico do Estado do Tocantins (TOCANTINS, 2003), o Rio Lontra e o Rio Corda configuram as sub-bacias identificadas como A14 e A15, respectivamente, e possuem os seguintes municípios: Araguaína, Xambioá, Piraquê, Araguañã, Carmolândia, Wanderlândia, Aragominas, Riachinho, Darcinópolis, Angico, Ananás e Babaçulândia, totalizando uma população de, aproximadamente, 170 mil habitantes.

De 2000 a 2001, através do Projeto de Gestão Ambiental Integrada da Região do Bico do Papagaio - TO (PGAI/BICO), elaborou-se um diagnóstico sobre a situação dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Lontra e Corda. A integração da comunidade foi fundamental na elaboração e validação desse diagnóstico. Durante este processo realizou-se quatro consultas públicas, nos municípios de Ananás, Araguañã, Wanderlândia e Araguaína.

A partir do diagnóstico sobre a situação dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Lontra e Corda, foi constatado uma avançada degradação das matas ciliares, bem como um alto índice de poluição das águas pelos grandes frigoríficos localizados naquela região. Foi elaborado o Plano de Recursos Hídricos para estas bacias (2001 a 2002) e iniciou-se as atividades para formar o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Lontra e Corda.

Este processo teve início em dezembro de 2002, com a realização de uma reunião de sensibilização no município de Araguaína, com a participação do poder público estadual e municipal, da sociedade civil organizada e dos usuários das águas. Durante o ano de 2003 foram realizadas várias atividades de mobilização social nos municípios que integram as bacias.

A partir da mobilização social, em junho de 2003, formou-se a Comissão Pró-Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Lontra e Corda. Atualmente esta Comissão é composta por 25 membros, representando os três segmentos sociais e está elaborando o seu regimento interno para solicitar junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos a criação do respectivo Comitê.

4.2 – Comissão Pró-Comitê das Bacias Hidrográficas do Entorno do Lago da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães - GT Pró-CBH

Em meados de 2004, iniciou-se a operação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, também conhecida por UHE-Lajeado. Com o fechamento das suas comportas, formou-se Lago de Palmas, que perenizou o rio Tocantins no trecho que vai do município de Ipueiras ao de Lajeado, passando pela capital do Estado do Tocantins, Palmas.

Naquela ocasião, houve uma série de repercussões provenientes das alterações ambientais pelas quais o Lago de Palmas começou a enfrentar e a maior preocupação era o aporte de poluição advinda das bacias afluentes ao mesmo. Assim, iniciaram-se os estudos e levantamentos para a elaboração do Plano das Bacias Hidrográficas do Entorno do Lago da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães.

Em março de 2004, foi realizada uma reunião para apresentação dos resultados do diagnóstico sócio-econômico e ambiental. Neste mesmo período foram realizadas oficinas com os atores sociais locais, com o objetivo de trabalhar uma proposta metodológica de mobilização social para formação do comitê das bacias hidrográficas do entorno do Lago de Palmas. A partir desta oficina surgiu a proposta de criação de um ‘Grupo de Trabalho’ que estimulasse a coordenasse a formação do comitê das bacias hidrográficas do Entorno do Lago, objetivando a realização da mobilização social nos municípios pertencentes ao entorno.

Inicialmente, o Grupo de Trabalho foi formado somente por representantes das cinco bacias da margem direita do rio Tocantins (bacias dos ribeirões Taquaruçu Grande, São João, Água Fria, Jaú e Lajeado), e nestas bacias foram desenvolvidos trabalhos de conscientização ambiental e de mobilização social para formação de um comitê de bacia hidrográfica.

Em 2005, formou-se a Comissão Pró-Comitê das bacias hidrográficas da margem direita do Lago de Palmas. Atualmente, fazem parte deste grupo, intitulado por ‘GT Pró-CHB’, 32 instituições, sendo 18 oficializadas. O GT Pró-CBH vem trabalhando a mobilização social nos 20 municípios que fazem parte de todo o entorno do Lago de Palmas (incluindo a margem esquerda) para a formação do Comitê das Bacias Hidrográficas.

4.3 – Comissão Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Manuel Alves

A bacia hidrográfica do rio Manuel Alves localiza-se na porção sudeste do Estado do Tocantins e possui uma área de, aproximadamente, 15.000 km².

O processo de mobilização social para formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Manuel Alves iniciou-se por demanda de uma das medidas adicionais aos programas básicos ambientais do Projeto de Irrigação do Sistema de Aproveitamento Hidroagrícola do Rio Manuel Alves emitido pelo órgão ambiental no processo de licenciamento ambiental.

O Projeto Manuel Alves trata-se de uma obra do Governo do Estado, através da Secretaria de Recursos Hídricos, que buscou, naquela ocasião, a Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente para nortear o processo de mobilização junto a Consultora responsável pela obra. O trabalho de mobilização social foi planejado em cinco etapas, elaboras e direcionadas, de forma que no prazo de um ano fosse possível formar a Comissão Pró-Comitê.

Ao final de 2005 teve início o processo de mobilização social na área de abrangência da bacia hidrográfica do Rio Manuel Alves. Foi desenvolvido um trabalho de sensibilização e mobilização nos 12 municípios pertencentes à bacia: Almas, Chapada de Natividade, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Natividade, Paraná, Pindorama, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Santa Rosa do Tocantins, São Valério da Natividade e Taipas do Tocantins. Dos 12 municípios, Paraná e

Pindorama optaram por não participar do processo de mobilização social para formação do comitê por apresentarem uma porção irrelevante dentro da bacia hidrográfica.

Em dezembro de 2006, realizou-se um seminário na bacia hidrográfica e formou-se a Comissão Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Manuel Alves com boa participação popular e contendo representantes dos três segmentos sociais. Mesmo com a Comissão Pró-Comitê formada, cada município desta bacia se manteve com seu grupo de trabalho formado para serem os articuladores do seu município.

4.4 – Mobilização Social na Bacia Hidrográfica do Rio Formoso

A bacia hidrográfica do rio Formoso é uma das maiores bacias do Estado do Tocantins com uma área de 20.676 km², equivalendo a 7,4% da área do Estado. Contribuinte do rio Araguaia, a bacia do rio Formoso tem um importante significado econômico e ambiental para o Estado do Tocantins.

Diferentemente das outras bacias trabalhadas com o processo de mobilização social, esta se trata de uma bacia com conflitos pelo uso da água já instalados. Onde pequenos, médios e grandes proprietários de terra apresentam desacordo sobre o uso da água para suas irrigações, bem como para a entrada de outras iniciativas de uso da água.

Este processo de mobilização iniciou em novembro de 2006, com o primeiro contato com os usuários de água e com a identificação dos atores sociais da bacia hidrográfica. Os municípios desta enfrentam sérios problemas com desemprego; pequena estrutura comercial; um único centro de ensino superior e um baixo capital social. O município de Gurupi, que possui somente 16 % da sua área inserida dentro da bacia do Formoso, é o pólo de pesquisa, ensino e de comércio da região, fica às margens da rodovia BR 153 por onde se escoia a produção advinda da bacia hidrográfica do rio Formoso do Araguaia.

Em fevereiro de 2007, o Grupo Mobilizador da SEPLAN realizou visitas aos 15 municípios pertencentes à bacia do rio Formoso. A intenção foi a de informar à sociedade desta bacia sobre o início das atividades de mobilização social até a formação de uma Comissão Pró-Comitê, da importância da participação deles na elaboração do Plano desta bacia, bem como, convidá-los a participar das próximas fases de mobilização, com oficinas, capacitações e treinamentos.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Tocantins, a mais nova unidade federativa do Brasil, possui um quadro positivo em relação à gestão das suas águas quando comparado à região Norte do País. Além de um Conselho Estadual de Recursos Hídricos atuante, possui uma estrutura institucional que norteia e

apóia a elaboração dos Planos de Bacia Hidrográfica, bem como as mobilizações sociais para estimular a formação dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

A Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins – SEPLAN, vem trabalhando ações de mobilização social em bacias hidrográficas prioritárias no Estado para estimular a gestão descentralizada e participativa das águas. Neste sentido, a SEPLAN busca a comunidade da bacia em seus diferentes segmentos sociais e capacita-os para terem condições de, a partir de uma Comissão Pró-Comitê, criar o Comitê da Bacia Hidrográfica.

Importante ressaltar que, o Tocantins possui, ainda, uma grande necessidade de técnicos capacitados para atuar na área de gestão de recursos hídricos. Necessita, também, estimular a comunidade científica fortalecendo as universidades com cursos de graduação e pós-graduação que envolvam a área de gestão de recursos hídricos de forma que possam dar subsídios aos futuros Comitês de Bacia Hidrográfica e Agências de Bacia.

AGRADECIMENTOS

Os sinceros agradecimentos a todos os participantes, integrantes, torcedores e amantes do processo de mobilização social para formação de Comitês de Bacia Hidrográfica no Estado do Tocantins;

À Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, na pessoa do ex-Secretário Sr. Prof. Dr. Lívio William Reis de Carvalho pelo grande interesse e persistência em fomentar as iniciativas de mobilização social no Estado do Tocantins;

À equipe de mobilização social da Diretoria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na pessoa do Sr. Belizário Franco Neto, militante da causa;

À equipe de trabalho da Coordenação de Recursos Hídricos pela dedicação e companheirismo;

Ao NATURATINS, que contribuiu com sua equipe de Educação Ambiental.

Muito obrigada.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, WWF. (2005). *Reflexões & Dicas para acompanhar a implementação dos sistemas de gestão de Recursos Hídricos*. Brasília, DF.

FREITAS, I.A.S. (2000). *Análise dos elementos que compõem a Política Nacional de Recursos Hídricos*. Dissertação em Ciências da Engenharia Ambiental - Universidade de São Carlos.

TOCANTINS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS. (2002). *Lei N° 1.307*. Disponível em: <http://www.al.to.gov.br/arq/AL_arquivo/7552_Lei1307_02.pdf>. Acesso em: 25/05/2007.

TOCANTINS. CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS. (2005). *Resolução n° 005*. Palmas, Cerh.

TOCANTINS. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE. (2005). Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (Seplan/DZE). *Atlas do Tocantins: subsídios ao planejamento da gestão territorial*. 4 ed. ver. atu. Palmas, Seplan, 2005. 54 p., il.